

EMENDA Nº
(ao PLP 68/2024)

Dê-se nova redação ao inciso III do § 1º do art. 5º, ao *caput* do art. 39 e aos incisos VI e VII do § 1º do art. 39; e acrescente-se inciso VIII ao § 1º do art. 39 do Projeto, nos termos a seguir:

“Art. 5º
.....

§ 1º
.....

III – não se aplica aos benefícios educacionais concedidos por instituições a título de bolsas de estudo, ou descontos..
.....”

“Art. 39. A incidência do IBS e da CBS sobre o fornecimento não oneroso ou a valor inferior ao de mercado de bens e serviços para uso e consumo pessoal de pessoas físicas, de que tratam o inciso I do *caput* e o inciso II do § 1º, ambos do art. 5º, se dará na forma do disposto nesta Seção, excetuando-se:

§ 1º
.....

- VI – educação;
 - VII – alimentação e bebidas; e
 - VIII – a educação, no que tange aos benefícios educacionais concedidos por instituições de ensino, bolsas de estudos e ou descontos na contraprestação à sociedade.
-”

JUSTIFICAÇÃO

A educação escolar pública e privada, em colaboração com a educação familiar, é essencial à formação da personalidade do homem, à sua integração na sociedade, e à inserção no mercado de trabalho. O estado brasileiro é obrigado a conceder educação escolar. Conta com a educação escolar privada, disposta



na Constituição Federal, para o cumprimento do seu dever de proporcionar esta educação, e a tributação do IBS e CBS sobre as bolsas de estudos e descontos concedidos à sociedade, tornaria o acesso e a permanência do indivíduo à educação proibitiva, ou muito mais onerosa.

Sala das sessões, 15 de agosto de 2024.

